



7º SIMULADO DA  
**OAB**

1ª FASE DA OAB:

E SE A PROVA FOSSE HOJE?

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-XXXII-Exame-de-Ordem-07-03-21>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Priscila Ferreira

**Questão 1**

O Conselho Federal da OAB pretende realizar a alienação de alguns de seus bens imóveis e, para tanto, consulta o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB para fins de sua observância. Neste sentido, revela-se correto afirmar que

- a) A alienação ou oneração de bens imóveis depende de autorização de 2/3 das delegações, no Conselho Federal.
- b) A alienação ou oneração de bens imóveis depende de autorização de 1/3 dos membros efetivos, no Conselho Seccional.
- c) A alienação ou oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria das delegações, no Conselho Federal.
- d) A alienação ou oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos membros efetivos, no Conselho Seccional.

**Questão 2**

Dr. João, advogado, 70 anos, foi acometido por uma doença cardíaca, encontrando-se acamado há 5 meses. No entanto, um antigo cliente, Ferdinando, o solicita para o exercício de um ato extrajudicial, de forma que Dr. João indica, mediante substabelecimento, o seu estagiário para auxiliá-lo no dia e hora marcada. Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado não agiu de forma acertada, já o exercício de atos extrajudiciais é privativo de advogado.
- b) O advogado agiu de forma acertada, já que para o exercício de atos extrajudiciais, o estagiário pode comparecer isoladamente, quando receber autorização ou substabelecimento do advogado.
- c) O advogado não agiu de forma acertada, já que para o exercício de atos extrajudiciais, o estagiário deve ter autorização expressa do Conselho Seccional, além do advogado.
- d) O advogado não agiu de forma acertada, já que o estagiário apenas poderá praticar, de forma isolada, a retirada e devolução de autos em cartório, assinando a respectiva carga.

**Questão 3**

Sr. Josicleido contrata Dr. Abdala para propor Ação Indenizatória perante o seu ex-sócio, Dr. Cleyton. Em sede de contratação, as partes pactuam quanto aos honorários contratuais que serão devidos, mas sem estipular uma forma específica de pagamento.

Tendo ciência de que a ação foi proposta e que Dr. Abdala já pretende cobrar o Sr. Josicleido, assinale a afirmativa correta.

- a) O advogado poderá cobrar metade dos honorários, uma vez que ausente no contrato a forma de pagamento.
- b) O advogado poderá cobrar dois terços dos honorários, uma vez que ausente no contrato a forma de pagamento.
- c) O advogado não pode cobrar os honorários, neste momento, pois na ausência de estipulação sobre a forma de pagamento, os honorários somente serão devidos após o trânsito em julgado.
- d) O advogado pode cobrar apenas um terço dos honorários no início do serviço, quando da ausência de estipulação sobre a forma de pagamento.

#### Questão 4

Dr. Pompeu é presidente do Conselho Seccional da OAB de São Paulo e sempre foi reconhecido como um grande defensor dos direitos dos advogados. No entanto, no curso do mandato, foi surpreendido pelo falecimento de sua mãe, este motivado pela COVID-19.

Não conseguindo se restabelecer emocionalmente, Dr. Pompeu resolve renunciar ao seu mandato e ficar restrito ao exercício da advocacia.

Diante da situação retratada, assinale a afirmativa correta.

- a) O substituto de Dr. Pompeu deverá ser eleito em novas eleições a serem realizadas no Conselho Seccional de São Paulo.
- b) O Presidente da Subseção deverá ser encaminhado para substituir Dr. Pompeu, diante de sua renúncia.
- c) O substituto de Dr. Pompeu deverá ser escolhido pelo Conselho Federal, dentre os seus membros.
- d) O substituto de Dr. Pompeu deverá ser eleito pelo Conselho Seccional de São Paulo, dentre os seus membros.

#### Questão 5

Dr. Jales foi apenado pelo Conselho Seccional de São Paulo em multa, diante da infração disciplinar praticada.

Nesta situação, segundo o EAOAB, assinale a alternativa correta.

- a) A pena pecuniária aplicada ao advogado deve ser repassada para o cliente que o representou.
- b) A pena pecuniária aplicada ao advogado deve ser recolhida em favor do Conselho Federal.
- c) A pena pecuniária aplicada ao advogado constitui receita da Caixa de Assistência dos Advogados.
- d) A pena pecuniária aplicada ao advogado deve ser recolhida em favor do Conselho Seccional.

### Questão 6

A advogada Priscilinha foi contratada para defender Paulo Sousa extrajudicialmente. Contudo, o instrumento de mandato não trouxe qualquer previsão de prazo para a sua duração.

Considerando a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) Quando ausente a previsão de prazo, o instrumento de mandato será extinto pelo decurso do prazo de 5 anos, salvo renovação expressa.
- b) Quando ausente a previsão de prazo, o instrumento de mandato é válido, e não será extinto pelo decurso de tempo.
- c) A ausência de previsão de prazo no instrumento é válida, de forma que será extinto pelo decurso do prazo de 20 anos.
- d) Não possui validade o instrumento de mandato sem prazo, de forma que poderá ocorrer a sua anulabilidade por decisão judicial.

### Questão 7

Joaquim, bacharel em direito, foi aprovado no último exame da ordem dos advogados do Brasil e inaugurou o seu escritório de advocacia no espaço físico em que exercia a profissão de corretor de imóveis.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) É autorizado a Joaquim exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis, desde que os serviços não sejam prestados aos mesmos clientes.
- b) É vedado a Joaquim exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis, frente ao impedimento legal existente.
- c) É permitido a Joaquim exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis, desde que não seja no mesmo espaço físico.
- d) É vedado a Joaquim exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis, diante da incompatibilidade existente.

### Questão 8

Vandeco é magistrado do Tribunal de Justiça de São Paulo e, após 15 anos de incessante exercício profissional, requereu licença pelo prazo de dois anos, em razão de seu desgaste emocional. Nesta situação, Vandeco aproveita para requerer o seu reingresso nos quadros de advogados da OAB.

Diante do comprovado afastamento do magistrado, assinale a alternativa correta.

- a) O afastamento do cargo permite a inscrição nos quadros de advogado da OAB por prazo determinado.
- b) O afastamento temporário do cargo que gera a incompatibilidade permite inscrição provisória.
- c) A incompatibilidade com a advocacia persistirá mesmo após aposentadoria do cargo efetivo.
- d) A incompatibilidade permanece mesmo que ocorra o afastamento temporário do cargo.

## FILOSOFIA DO DIREITO

---

Jean Vilbert

### Questão 9

Na obra Teoria do Ordenamento Jurídico, Norberto Bobbio afirma que não se deve definir o Direito do ponto de vista da norma jurídica considerada de maneira isolada. Em outras palavras, a definição do Direito não está na teoria da norma, mas na teoria do ordenamento jurídico.

Com base nisso, é CORRETO afirmar:

- a) A sanção é um elemento fundamental dentro da ideia de ordenamento jurídico, razão pela qual é possível igualar Direito a norma.
- b) A ideia da existência de lacuna é um desafio ao conceito de completude do ordenamento jurídico, uma vez que o ordenamento jurídico não admite solução fora dele.
- c) Além da coerência, é característica necessária do ordenamento jurídico a completude.
- d) O ordenamento estabelece a eficácia das normas a partir de uma complexa organização que determina a natureza e a entidade das sanções, bem como as pessoas que devam exercê-las e a sua execução.

### Questão 10

Hans Kelsen afirmou que a teoria pura do direito é uma teoria geral do direito positivo.

Assim sendo, é CORRETO afirmar:

- a) O direito posto deve se submeter a análises puramente valorativas.
- b) Para se expandir como ciência o direito deve se voltar ao conteúdo das leis.
- c) O direito não deve realizar abertura para elementos axiológicos.
- d) O direito não é um conjunto de normas, mas a norma em si.

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

Diego Cerqueira

**Questão 11**

Diante do crescimento da violência no Município Alfa e com a finalidade de estagnar tal crescimento, um grupo de pessoas decide criar, com esse objetivo social, a Associação Alfa. Os seguintes requisitos para o ingresso na associação foram estabelecidos:

- I - porte de arma, já que seria usada diariamente nas atividades dos associados;
- II- utilização do uniforme da associação.

De acordo com a nossa Carta Magna, a Associação Alfa:

- a) Poderia funcionar apenas mediante prévia autorização do Poder Público.
- b) Não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação;
- c) Não poderia funcionar, tendo em vista seu nítido caráter paramilitar;
- d) Apenas poderia funcionar caso fosse previamente editada lei disciplinando o funcionamento de associações como essa.

**Questão 12**

Os Municípios Beta, Gama e Alfa limítrofes estavam com a intenção de instituir uma região metropolitana. Por conta disso, o Município Beta buscou saber se tal medida era constitucional. Nos moldes da CRFB/88, criação da região metropolitana é:

- a) Constitucional, desde que a medida seja aprovada por todos os Municípios através da realização de plebiscito, já que se trata de matéria de nítido interesse local.
- b) Inconstitucional, pois é atribuição exclusiva dos Estados membros instituir regiões metropolitanas e tal instituição ocorrerá mediante lei complementar, estando os Municípios obrigatoriamente vinculados a essa decisão.
- c) Inconstitucional, pois a competência para instituir regiões metropolitanas é privativa da União Federal.
- d) Constitucional, desde que haja aprovação da medida por todos os Municípios e que tal aprovação ocorra mediante a realização de plebiscito, já que se trata de matéria de nítido interesse local.

### Questão 13

O Deputado Federal José foi preso em flagrante por conta da prática de crime de racismo. Com base nas imunidades parlamentares previstas constitucionalmente, entende-se que José:

- a) Não poderia ter sido preso, pois os membros do Congresso Nacional possuem imunidade formal desde a expedição do diploma.
- b) Poderá ser processado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual só receberá a denúncia contra o Deputado Federal mediante autorização de, no mínimo, 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) Poderia ter sido preso, uma vez que racismo constituiu crime inafiançável, devendo os autos, nesse caso, ser remetidos dentro de 48 horas à Câmara dos Deputados para que, pelo voto de 1/3 de seus membros, resolva sobre a prisão.
- d) Poderia ter sido preso, uma vez que racismo constituiu crime inafiançável, devendo os autos, nesse caso, ser remetidos dentro de 24 horas à Câmara dos Deputados para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

### Questão 14

No Estado X estava ocorrendo um campeonato oficial de tênis promovido pela Federação Estadual. Alice, uma das atletas inscritas, foi eliminada da competição esportiva após decisão contestável da arbitragem. Com base no nosso ordenamento jurídico brasileiro, como advogada de Alice, qual seria a alternativa com a medida judicial adequada para a situação

- a) Alice tem a opção de ingressar com o processo perante a justiça desportiva ou perante o Poder Judiciário.
- b) Alice tem a possibilidade de impugnar o resultado da luta perante o Poder Judiciário, independentemente de esgotamento das instâncias da justiça desportiva, em virtude do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- c) Alice apenas poderá impugnar a decisão perante o Poder Judiciário após o esgotamento das instâncias da justiça desportiva.
- d) Só é permitido que Alice ingresse com o processo perante o Poder Judiciário.

### Questão 15

Uma proposta de emenda constitucional estava prestes a ser votada na Câmara dos Deputados e o deputado federal Francisco entendeu que havia vícios de inconstitucionalidade. De acordo com ele, a proposta tinha como objetivo abolir cláusula pétreia prevista na CRFB/88. Por conta disso, o Deputado decidiu adotar, em nome próprio, medida judicial que impedisse o prosseguimento do trâmite legislativo da proposta. Além disso, Francisco sugeriu a Maria, sua eleitora e não investida

em mandato parlamentar, que, também em nome próprio, buscasse medida semelhante. A partir da situação apresentada, da legislação pertinente e dos entendimentos jurisprudenciais cabíveis, assinale a alternativa correta.

a) A tramitação da referida proposta de emenda à Constituição poderá ser impedida a partir da impetração de mandado de segurança (MS) no STF, com vistas à garantia do devido processo legislativo constitucional. Trata-se de medida inserida no âmbito do controle difuso de constitucionalidade, uma vez que, inexistindo lei formalmente válida, não há que se falar em controle concentrado de constitucionalidade nessa ocasião. Maria também possui legitimidade para impetrar o MS no caso em questão.

b) A tramitação da referida proposta de emenda à Constituição poderá ser impedida a partir do ajuizamento de uma ADI no STF, com vistas à garantia do devido processo legislativo constitucional. Trata-se de medida inserida no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, uma vez que, há proposta de emenda à Constituição. Maria também possui legitimidade para impetrar o MS no caso em questão.

c) A tramitação da referida proposta de emenda à Constituição poderá ser impedida a partir da impetração de mandado de segurança (MS) no STF, com vistas à garantia do devido processo legislativo constitucional. Trata-se de medida inserida no âmbito do controle difuso de constitucionalidade, uma vez que, inexistindo lei formalmente válida, não há que se falar em controle concentrado de constitucionalidade nessa ocasião. Maria não possui legitimidade para impetrar o MS no caso em questão.

d) A tramitação da referida proposta de emenda à Constituição poderá ser impedida a partir do ajuizamento de uma ADI no STF, com vistas à garantia do devido processo legislativo constitucional. Trata-se de medida inserida no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, uma vez que, há proposta de emenda à Constituição. Maria não possui legitimidade para impetrar o MS no caso em questão.

## Questão 16

Houve a propositura concomitante de duas ações diretas de inconstitucionalidade contra determinada lei estadual impugnada em face de norma constitucional federal de reprodução obrigatória pelas Constituições estaduais. Enquanto uma foi proposta no Tribunal de Justiça do Estado e a outra foi proposta no Supremo Tribunal Federal. Diante da situação, assinale a alternativa que apresenta a solução correta para o caso em análise.

a) Suspensão do processo perante o Supremo Tribunal Federal até a deliberação definitiva do Tribunal de Justiça estadual.

b) Suspensão do processo perante o Tribunal de Justiça estadual até a deliberação definitiva do Supremo Tribunal Federal

c) Extinção do processo perante o Tribunal de Justiça estadual, considerando o princípio da hierarquia das fontes do direito.

d) Extinção do processo perante o Supremo Tribunal Federal, considerando o princípio da subsidiariedade.

### Questão 17

Igor decidiu apelar em determinada ação, alegando apenas que a lei federal aplicada na sentença era inconstitucional. A Câmara julgadora, por maioria de votos, reconheceu a inconstitucionalidade da lei e o recurso foi provido. Entretanto, o referido órgão não declarou expressamente a inconstitucionalidade. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) a decisão é nula, tendo em vista que não foi unânime.
- b) como o único fundamento do recurso é a inconstitucionalidade de texto de lei, a Câmara tem competência para decidir desde logo o feito, sem declarar a inconstitucionalidade.
- c) a Câmara tem a competência e o dever de declarar expressamente a inconstitucionalidade parcial da lei aplicada na sentença.
- d) mesmo não havendo declaração de inconstitucionalidade expressa por parte da Câmara, a sua decisão é nula porque viola a cláusula de reserva de plenário.



### Questão 18

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) prevê que ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Com base nessa disposição, analise as situações narradas e assinale a alternativa correta:

- a) Arthur não é obrigado a prestar o serviço militar por este constituir-se como um trabalho forçado ou obrigatório nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- b) Bruno foi obrigado a executar serviços impostos em razão de perigo que ameaçava a existência e o bem-estar de sua comunidade e, desse modo, contrariou as previsões da Convenção.
- c) Caio não poderá se abster de realizar os trabalhos normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença expedida pela autoridade judiciária competente pois estes não são considerados como forçados ou obrigatórios.
- d) Diogo está dispensado de executar trabalhos que decorram das obrigações cívicas normais pois são enquadrados como forçados.

**Questão 19**

Em razão da crescente onda de crimes virtuais, as grandes potências mundiais decidem assinar um tratado internacional buscando coibir tais práticas, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos violados. O Presidente da República delegou ao Ministro das Relações Exteriores a competência para assinar o tratado. O Senado Federal, buscando dar celeridade ao processo de incorporação ao nosso ordenamento jurídico, referendou o tratado assinado e, ato contínuo, definiu que este teria status constitucional.

Com base nas disposições constitucionais sobre os tratados internacionais, assinale a alternativa correta:

- a) O tratado internacional poderia ter sido assinado por qualquer Ministro de Estado, pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União, desde que mediante delegação prévia do Presidente da República e observados os limites traçados na delegação.
- b) O ato de referendar um tratado internacional compete privativamente ao Senado Federal por envolver questões diplomáticas da República Federativa do Brasil.
- c) A Constituição Federal permite que, em razão do relevante conteúdo do tratado internacional, o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados referende o pacto e defina seu posicionamento hierárquico na pirâmide legislativa.
- d) O Presidente da República não poderia ter delegado ao Ministro das Relações Exteriores a competência para assinar o tratado, nem o Senado Federal poderia referendá-lo.

**DIREITO INTERNACIONAL**

Vanessa Arns

**Questão 20**

Juan Carlos, ex-deputado argentino, após deixar o cargo que exercia em seu país de origem, sabedor de que existe uma investigação em curso na Colômbia, opta por fixar residência no Brasil, pelo fato de ser estrangeiro casado com brasileira, com a qual tem dois filhos pequenos. Anos depois, já tendo se naturalizado brasileiro, o governo da Colômbia pede a sua extradição em razão de sentença que o condenou por crime praticado quando deputado.

Essa extradição:

- a) não poderá ser concedida, porque o Brasil não extradita seus nacionais naturalizados.
- b) não poderá ser concedida, porque o extraditando tem filhos menores sob sua dependência econômica.
- c) poderá ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.
- d) poderá ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com o Brasil.

### Questão 21

Romeu e Julieta se casaram no Brasil e se mudaram para a Holanda, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Julieta pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta.

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, eis que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Holanda, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

### Questão 22

A União Federal instituiu, por meio de lei ordinária, uma nova contribuição destinada a garantir a manutenção da seguridade social. Essa nova contribuição não é cumulativa e não tem fato gerador ou base de cálculo próprios das contribuições já discriminadas na Constituição Federal de 1988. A lei federal em questão foi publicada em 05/02/2020 e, de acordo com o seu artigo 5º, passou a produzir efeitos somente a partir de 1º/06/2020, quando passou a ser exigida dos seus contribuintes. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A União Federal não pode instituir nova contribuição destinada a garantir a manutenção da seguridade social, devendo se limitar àquelas cuja competência tributária já foi constitucionalmente definida.
- b) Essa nova contribuição só poderia ser instituída por meio de Lei Complementar.
- c) Essa nova contribuição deveria ter obedecido o princípio da anterioridade anual ou de exercício.
- d) Essa nova contribuição não precisaria ter obedecido o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventa.

### Questão 23

A sociedade empresária Alfa foi autuada pelo Fisco Municipal por ter deixado de declarar e recolher o ISS - Imposto Sobre Serviços sobre a sua atividade principal, qual seja, a de locação de veículos automotores. Cumpre esclarecer que sua atividade não compreende qualquer serviço acessório à locação dos veículos. Inconformada com essa autuação, apresentou, tempestivamente,

impugnação administrativa, que não foi admitida pela autoridade fiscal porque estava desacompanhada do depósito do valor atualizado do débito questionado, conforme exigido pela legislação municipal. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A exigência de ISS - Imposto Sobre Serviços sobre a atividade de locação de veículos automotores é inconstitucional.
- b) A exigência de depósito prévio de dinheiro para a admissibilidade de impugnação administrativa é constitucional, desde que expressamente prevista na legislação municipal.
- c) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário impugnado ocorreria somente se a contribuinte tivesse realizado o depósito do seu montante integral.
- d) A apresentação tempestiva de impugnação administrativa não suspende, por si, a exigibilidade do crédito tributário, podendo ser legalmente exigida, para tanto, de modo discricionário, segundo avaliação da autoridade fiscal, a realização do depósito integral do montante questionado.

### Questão 24

A sociedade empresária Beta deixou de declarar e recolher o ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços relativo a fatos geradores praticados nos exercícios de 2018 e 2019. Antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, realizou a autodeclaração e parcelou esse imposto devido em 24 (vinte e quatro) meses, acrescido de juros de mora e correção monetária. Após o pagamento das 3 (três) primeiras parcelas foi notificada pelo Fisco Estadual para recolher ou parcelar, também, as multas punitivas e moratórias relativas ao imposto anteriormente parcelado, que não foram incluídas no parcelamento realizado. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A exigência fiscal está incorreta, pois a denúncia espontânea da infração tal como realizada pela contribuinte exclui a incidência das multas.
- b) A contribuinte não deveria ter incluído o valor dos juros de mora no parcelamento, que são excluídos em razão da denúncia espontânea da infração.
- c) A contribuinte não deveria ter incluído o valor da correção monetária no parcelamento, que é excluída em razão da denúncia espontânea da infração.
- d) A exigência fiscal está correta, pois a exclusão das multas pela denúncia espontânea da infração não se aplica nos casos de parcelamento do débito tributário.

### Questão 25

João deixou de pagar 3 (três) de 10 (dez) parcelas do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano de que é contribuinte. Diante desse inadimplemento do contribuinte, o Fisco Municipal promoveu o protesto da CDA – Certidão da Dívida Ativa relativa a essas parcelas inadimplidas. Com base nessa situação, no que tange à possibilidade de questionamento por parte do contribuinte em relação ao protesto realizado pelo Município, assinale a afirmativa correta:

- a) O protesto da CDA é regular, por se tratar de meio extrajudicial de cobrança previsto em lei.
- B) O protesto da CDA é irregular, por se tratar de sanção política sem previsão em lei.
- c) O protesto da CDA é regular, por se tratar de meio judicial de cobrança previsto em lei.
- d) O protesto da CDA é irregular, pois o crédito tributário deve ser cobrado somente por meio da Ação de Execução Fiscal.

### Questão 26

Projeto de Resolução do Senado Federal pretende fixar nacionalmente as alíquotas máximas do ITCMD – Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação, tributo de competência estadual. Um Senador, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que terá de elaborar Parecer sobre o tema, consulta você, como Advogado(a), sobre esse projeto de Resolução. Diante dessa hipótese, assinale a afirmativa que expressa o entendimento compatível com o ordenamento jurídico em vigor:

- a) Resolução do Senado Federal poderia tratar do tema, desde que previamente aprovada por meio de Convênio celebrado junto ao CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária.
- b) O Senado Federal, por ser órgão do Poder Legislativo da União, não possui competência constitucional para dispor sobre o tema, constituindo isso uma ingerência indevida da União na competência tributária dos Estados.
- c) É lícito ao Senado Federal aprovar a referida Resolução, pois existe autorização expressa na Constituição Federal de 1988 para a sua edição.
- d) A fixação de alíquota máxima de tributo, por mera Resolução do Senado, viola o princípio da legalidade tributária.

---

## DIREITO ADMINISTRATIVO

---

Igor Maciel

### Questão 27

O Estado X editou lei autorizando a criação de uma fundação pública, com personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de prestar serviços na área de saúde. Pela determinação da lei, essa fundação deve adotar o regime celetista para contratação de seus empregados. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, não podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

- b) É constitucional a legislação estadual que determina que o regime jurídico celetista incide sobre as relações de trabalho estabelecidas no âmbito de fundações públicas, com personalidade jurídica de direito privado, destinadas à prestação de serviços de saúde.
- c) A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado independe das atividades por ela prestadas.
- d) No ordenamento jurídico brasileiro, existem dois tipos de fundação: fundações públicas de direito privado, instituídas pelo Poder Público e fundações públicas de direito público, que possuem natureza jurídica de autarquia.

### Questão 28

Tiago, servidor público estadual estável ocupante de cargo efetivo, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Felipe, servidor estadual estável passou a ocupar a vaga de Tiago. Três anos depois, a demissão de Tiago foi invalidada por sentença judicial transitada em julgado. Diante dessa situação, de acordo com a Constituição da República de 1988, é correto afirmar:

- a) Tiago deverá ser reconduzido e Felipe deve ser readaptado em outro cargo similar, com redução ou cometimento de encargos diversos daqueles que o funcionário estava exercendo.
- b) Tiago deverá ser readaptado e Felipe deve ser aproveitado em cargo de natureza e vencimento hierarquicamente superiores ao anteriormente ocupado, com direito a indenização.
- c) Tiago deverá ser reconduzido e Felipe deve ser reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo.
- d) Tiago deverá ser reintegrado e Felipe deve ser reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

### Questão 29

No Município de Verdinho, a pessoa jurídica de direito privado Alfa presta o serviço público de abastecimento de água potável. Certo dia, funcionários dessa sociedade empresária concessionária, no exercício da função, ao realizarem reparo em estação de tratamento de água, atingiram com canos de tubulação Dona Mariana, uma idosa que fazia caminhadas no local e veio a quebrar a pena. Diante da situação, Dona Mariana procurou você, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

- a) a concessionária responde objetivamente, em decorrência da teoria do risco administrativo, bastando a comprovação da conduta, dano e nexo de causalidade, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes.
- b) a concessionária responde subjetivamente, em decorrência da teoria do risco proveito, bastando a comprovação da conduta, dano e nexo de causalidade, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes.

c) a concessionária responde objetivamente, em decorrência da teoria do risco administrativo, bastando a comprovação da conduta, dano e nexo de causalidade, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes.

d) a concessionária responde subjetivamente, em decorrência da teoria do risco administrativo, bastando a comprovação da conduta, dano e nexo de causalidade, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes.

### Questão 30

Roberto é servidor público, ocupante do cargo de agente de trânsito. Após aprovação no Exame de Ordem, ele tentou fazer sua inscrição nos quadros da OAB, tendo sido esta negada sob o argumento de que o cargo que ele desempenhava enquadrava-se como uma hipótese de incompatibilidade, ou seja, uma proibição total à atividade da advocacia, uma vez que, dentre as atribuições do agente de trânsito, está o exercício do poder de polícia. Diante dessa situação, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente:

a) O exercício da advocacia, mesmo em causa própria, é incompatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito, nos termos do Estatuto da OAB.

b) O exercício da advocacia é compatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito, uma vez que este exerce poder de polícia administrativa, e não judiciária.

c) A vedação relacionada à “atividade policial de qualquer natureza” disposta no Estatuto da OAB não abrange as atividades administrativas de fiscalização, autuação, apreensão e interdição, compreendidas no poder de polícia.

d) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido da compatibilidade do exercício da advocacia com o exercício de cargo de guarda municipal.

### Questão 31

O Município de Roseiras, após licitação na modalidade concorrência, firmou com sociedade empresária contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros intramunicipal. Durante a execução do contrato, no prazo da concessão, o poder concedente, por motivo de interesse público, deseja retomar o serviço público. Nessa situação, está-se diante da extinção do contrato pela:

a) rescisão, que decorre do poder de autotutela da Administração Pública, mediante prévia decisão judicial, com ulterior pagamento de indenização.

b) caducidade, que decorre da supremacia do interesse público, mediante prévia decisão judicial, com ulterior pagamento de indenização.

c) encampação, que configura cláusula exorbitante, desde que mediante lei autorizativa específica, independentemente de pagamento da indenização.

d) encampação, que configura cláusula exorbitante, desde que mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

### Questão 32

Vanilson, servidor público aposentado, vinculado ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, utilizou máquinas de propriedade do órgão para realizar obras em sua fazenda. Após investigação, o Ministério Público ajuizou ação por ato de improbidade em face de Vanilson, a qual foi julgada procedente, tendo o juiz de primeiro grau aplicado as sanções de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, consistente em cassação da aposentadoria e suspensão dos direitos políticos de oito anos. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) O ato de utilizar, em obra ou serviço particular, máquinas de propriedade ou à disposição de órgão público constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

b) A sanção por ato de improbidade que lesa o erário pode consistir em ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

c) O magistrado não tem competência para aplicar a sanção de cassação de aposentadoria a servidor condenado judicialmente por improbidade administrativa, pois somente a autoridade administrativa possui poderes para decidir sobre a cassação.

d) O magistrado deve aplicar cumulativamente todas as penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa, podendo somente, mediante adequada fundamentação, fixá-las e dosá-las segundo a natureza, a gravidade e as consequências da infração.

---

## DIREITO AMBIENTAL

---

Rosenval Júnior

### Questão 33

Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Diante disso, o empreendedor Paulo Sousa Milionário vai até o órgão ambiental competente para licenciar a construção de uma Fábrica de sapatos de couro na cidade de Anápolis, GO.

Paulo já escolheu a localização e já definiu o porte do empreendimento. Com base nessas informações e de acordo com as normas ambientais, marque a opção correta:

- a) A primeira licença a ser requerida é a Licença de Operação, que é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- b) A Licença de Instalação (LI) autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação.
- c) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 10 anos.
- d) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

### Questão 34

O Presidente da República pretende criar uma Estação Ecológica, ampliar um Parque Nacional e reduzir os limites de uma Floresta Nacional no Estado do Pará. Neste caso, com base nas disposições da Lei 9.985/00 (SNUC), marque a opção correta:

- a) A criação poderá ocorrer por Decreto do Presidente da República.
- b) A criação deverá ocorrer necessariamente por Lei Complementar Federal.
- c) A redução poderá ocorrer independentemente de lei, pois a Floresta Nacional é unidade de uso sustentável.
- d) A criação poderá ocorrer por lei ou por decreto e haverá necessidade de consulta pública, uma vez que esta é exigida para a criação de todas as categorias de unidades de conservação.

## DIREITO CIVIL

---

Paulo Sousa

### Questão 35

Gustavo e Andressa decidiram pôr fim a sociedade conjugal, após cinco anos de casamento. Andressa ingressou com pedido de divórcio em outubro de 2020, sendo a sentença de divórcio

proferida em dezembro do mesmo ano e logo em seguida homologada no Registro Civil onde foi realizado o casamento. Porém, em janeiro de 2021, o casal decidiu reatar o relacionamento.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Gustavo e Andressa deverão se casar novamente, já que, o divórcio não é reversível.
- b) A separação judicial não foi extinta com a previsão do divórcio direto, portanto, no prazo de um ano, o casamento entre Gustavo e Andressa continua válido e, podem reatar sem que seja necessário um novo casamento.
- c) Gustavo e Andressa não poderão se casar novamente, pois, uma vez divorciados, o casamento não é mais possível entre as mesmas partes.
- d) No prazo de dois anos após a separação, Gustavo e Andressa poderão reatar o relacionamento sem seja necessário se casarem novamente.

### Questão 36

Fernando decidiu doar um apartamento a sua filha, Rebeca e instituiu usufruto do mesmo em favor de Sandra, mãe de Rebeca. O apartamento possui duas garagens e uma delas estava alugada. Algum tempo depois, Rebeca faleceu deixando um filho, João. Sobre o usufruto, é correto afirmar:

- a) Antes do falecimento de Rebeca, os aluguéis da garagem deveriam recebidos por ela, já que o usufruto, em regra, recai apenas sobre o bem.
- b) Com o falecimento de Rebeca, João herda o apartamento doado, contudo, o usufruto em favor de Sandra permanece.
- c) Com o falecimento de Rebeca, Sandra e João herdam o apartamento, devido ao usufruto.
- d) O usufruto em favor de Sandra não é válido, pois deve ser instituído somente causa mortis.

### Questão 37

Carlos e Maria, casados no regime de comunhão parcial de bens, faleceram em um acidente de avião, não sendo possível averiguar qual morte ocorreu primeiro. Carlos tinha três filhos. Wesley, de seu primeiro casamento, e Marta e Vanessa, filhos dele com Maria. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Como não é possível precisar quem faleceu primeiro, Carlos e Maria são herdeiros entre si, devendo os bens de ambos serem partilhados entre Wesley, Marta e Vanessa.
- b) Carlos e Maria não são herdeiros entre si, portanto, a partilha dos bens de Carlos será feita entre seus três filhos, e os bens de Maria serão partilhados apenas entre Marta e Vanessa.
- c) Não se podendo precisar quem faleceu primeiro, considera-se pré-morto o mais velho.

d) No caso não há que se falar em comoriência, pois Carlos e Maria eram casados no regime de comunhão parcial de bens.

### Questão 38

André permitiu que seu amigo, Vinicius, morasse em uma de suas casas, até conseguir um emprego, pois ele estava desempregado e não tinha lugar para ficar. Alguns meses depois, Vinicius começou a trabalhar e André pediu a casa de volta. Contudo, Vinicius se recusou a devolver o imóvel. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) A posse de Vinicius passou a ser considerada injusta por ser precária.
- b) A posse de Vinicius passou a ser considerada de má-fé pela clandestinidade.
- c) A posse de Vinicius permanece sendo considerada justa, pois André permitiu que ele morasse no local.
- d) A posse de Vinicius é considerada violenta.

### Questão 39

Ana reside em São Paulo/SP. De segunda-feira a quinta-feira, ela exerce sua profissão em São Bernardo do Campo/SP. Na quinta-feira à noite, Ana viaja para sua outra casa, no Rio de Janeiro/RJ, residindo lá até a segunda-feira pela manhã, quando volta a São Paulo/SP.

Sobre o domicílio de Ana, é correto afirmar:

- a) São considerados domicílios de Ana apenas São Paulo/SP e o Rio de Janeiro/RJ, onde possui residência.
- b) Apenas São Paulo/SP é considerado domicílio de Ana.
- c) São considerados domicílios de Ana, São Paulo/SP e o Rio de Janeiro/RJ, onde possui residência e São Bernardo do Campo, onde exerce a profissão.
- d) Apenas o Rio de Janeiro/RJ é considerado domicílio de Ana.

### Questão 40

Paulo, Caio e Tiago obrigaram-se a entregar a Miguel um cavalo puro-sangue destinado ao turfe, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Se apenas Paulo entregar o cavalo a Miguel, ele não se sub-roga no direito do credor, pois se trata de obrigação divisível.
- b) Como a obrigação é indivisível, pela natureza da coisa, Paulo, Caio e Tiago são devedores solidários.

c) Se caso apenas Paulo entregar o cavalo, ele se sub-roga no direito do credor e pode exigir a cota parte de Caio e Tiago, porque a obrigação não é divisível e nem solidária.

d) A obrigação é divisível, pois o cavalo pode ser estimado em dinheiro, podendo ser exigido de cada devedor o valor equivalente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

### Questão 41

Márcia adquiriu um apartamento de Teresa em janeiro de 2020. Contudo, em dezembro de 2020, houve um grande incêndio que destruiu o imóvel por completo. Posteriormente ficou comprovado que o incêndio foi provocado por defeitos na fiação de energia, muito antiga. Inclusive, quando Teresa ainda residia no local já tinha visto algumas faíscas e alguns de seus eletrodomésticos tinham dado defeitos devido a esses problemas. Porém, Teresa não informou tal fato a Márcia, que só descobriu os defeitos após o incêndio. Em março de 2021, Márcia pretende propor ação contra Teresa.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de um vício redibitório, devendo Teresa restituir o valor que recebeu, mais despesas e perdas e danos, já que conhecia o defeito.

b) Apesar de se tratar de um vício redibitório, Márcia decai de seu direito, pois apenas poderia requerer a redibição no prazo máximo de um ano da data da tradição.

c) Teresa deve restituir apenas o valor que recebeu, sem perdas e danos, já que não poderia prever que o apartamento sofreria incêndio.

d) Márcia tem o prazo máximo de um ano para requerer a redibição pelo vício oculto, porém, não poderá requerer perdas e danos.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

### Questão 42

Rubens e Geane, casados há muitos anos, querem reviver a experiência de serem pais de um recém-nascido e, por isso, decidem adotar Pedrinho, filho da adolescente Marina, que decidiu entregar seu filho.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

a) Rubens e Geane deverão conviver com Pedrinho obrigatoriamente por 90 (noventa) dias para que seja avaliada a conveniência da constituição do vínculo.

b) Em determinadas circunstâncias, o estágio de convivência entre os adotantes e adotando poderá ser dispensado.

- c) Se comprovada a guarda de fato, o estágio de convivência deverá ser dispensado.
- d) Se Rubens e Geane residissem em outro país, o estágio de convivência seria mais breve: no mínimo, 30 (trinta) dias e, no máximo, 60 (sessenta) dias.

### Questão 43

Em razão da prática de alguns atos infracionais, os amigos Arnaldo, Brenda e Cristiano foram submetidos a advertência, obrigação de reparar os danos causados e prestação de serviços à comunidade.

Sobre as medidas acima, pode-se afirmar corretamente:

- a) As medidas impostas deverão considerar a capacidade dos adolescentes, as circunstâncias e a gravidade das infrações praticadas. Além disso, em nenhuma hipótese, será admitida a prestação de trabalho forçado.
- b) A advertência poderá ser aplicada quando existentes provas suficientes da autoria e da materialidade das infrações.
- c) A obrigação de reparar o dano e a prestação de serviços à comunidade poderão ser impostas quando presentes a prova da materialidade e indícios da autoria.
- d) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas remuneradas de interesse geral, por período não excedente a um ano, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

### Questão 44

O Shopping Center Gigantão fica localizado em uma área um pouco mais afastada do centro da cidade e, por isso, oferece serviço de transporte gratuito, por meio de ônibus, para os clientes que desejarem, com rotas entre alguns pontos do Município e o centro comercial. Bianca, cliente do shopping há muitos anos, sempre utiliza o serviço. Certo dia, ela sofreu uma lesão física quando o ônibus que fazia a rota se desgovernou em razão do estouro repentino do pneu. Diante dessa situação, é correto afirmar que o shopping:

- a) responde subjetivamente pela lesão, em razão dela decorrer de caso fortuito.
- b) não deve ser responsabilizado pela lesão, uma vez que presta o serviço de forma gratuita, não sendo considerado, portanto, fornecedor.
- c) não deve ser responsabilizado pela lesão, em razão dela decorrer de fortuito externo.
- d) responde objetivamente pela lesão, uma vez que ela decorreu de fortuito interno.

### Questão 45

Marcos, um senhor de 75 anos, é correntista do Banco “Valor” e celebrou dois contratos de mútuo com o banco, pelos quais foi fixado que as prestações seriam descontadas diretamente de sua conta bancária. Ocorre que todos os meses Marcos recebe uma única renda nessa conta bancária: o benefício de amparo assistencial (BPC), previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93. Em virtude dos descontos efetuados para pagamento do mútuo, Marcos só está recebendo metade do valor do benefício assistencial. Diante disso, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) É ilícito o desconto em conta-corrente bancária comum, ainda que usada para recebimento de salário, das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem.
- b) É lícito o desconto em conta-corrente bancária comum das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem, salvo se usada para recebimento de salário, o qual constitui verba de natureza alimentícia.
- c) É possível a limitação dos descontos em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada, de modo a não privar o idoso de grande parcela do benefício destinado à satisfação do mínimo existencial.
- d) Pelo princípio da força obrigatória dos contratos, aplicável às relações civis e consumeristas, não é possível a limitação dos descontos fixados em contrato em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada,

## DIREITO EMPRESARIAL

---

Alessandro Sanchez

### Questão 46

A Empresa A contratou o transporte de seus produtos do local de sua fábrica, em X, até um dos polos de distribuição, em Y. Durante o trajeto, a carga será transportada, sucessivamente, pelas vias rodoviária, aérea e ferroviária. Será celebrado um único contrato, desde a origem até o destino, sob a execução e a responsabilidade únicas de um Operador de Transportes.

A situação descrita revela que as partes celebraram um contrato de transporte

- a) combinado.
- b) cumulativo.
- c) multimodal.
- d) de fato.

**Questão 47**

O administrador da sociedade empresária A consulta seu advogado para orientá-lo sobre o contrato apropriado para o aumento de sua capacidade de distribuição.

A intenção da pessoa jurídica é celebrar um contrato pelo qual possa receber a posse direta de veículos, que serão indicados por ela ao proprietário, para utilizá-los por prazo determinado, mediante o pagamento de prestações mensais durante a vigência do contrato.

Ao termo final, a cliente deseja ter a possibilidade de adquirir os veículos ao invés de ser obrigada a devolvê-los ao proprietário ou renovar o contrato. Assinale a opção que indica o contrato apropriado para a sociedade empresária.

- a) Arrendamento mercantil.
- b) Cessão de uso a título oneroso.
- c) Compra e venda a prazo.
- d) Locação a prazo determinado.

**Questão 48**

Entende-se como cláusula acessória ao contrato de comissão, no qual o comissário assume o gravame de responder solidariamente pela insolvência das pessoas com quem contratar em nome do comitente. Essa cláusula é denominada:

- a) pacto comissório.
- b) venda com reserva de domínio.
- c) del credere.
- d) hedge.

**Questão 49**

É contrato oneroso, em que alguém assume, em caráter profissional e sem vínculo de dependência, a obrigação de promover, em nome de outrem, mediante retribuição, a efetivação de certos negócios, em determinado território ou zona de mercado:

- a) Mandato.
- b) Comissão mercantil.
- c) Corretagem.
- d) Agência.

**Questão 50**

A corretagem não é devida:

- a) se o negócio se realizar após a decorrência do prazo contratual, ainda que por efeito dos trabalhos do corretor.
- b) quando, alcançado o resultado previsto no contrato de mediação, este não se efetivar em razão do arrependimento das partes.
- a) quando ajustada com exclusividade, desde que celebrado o negócio sem a mediação do corretor.
- d) quando o negócio for iniciado e concluído diretamente entre as partes, sem que haja cláusula de exclusividade para corretagem.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

Ricardo Torques

**Questão 51**

Carol alterou a verdade dos fatos visando formar o convencimento do juiz em favor dos seus pedidos. Ocorre que, ao longo da fase instrutória do processo, ficou evidente o artifício empregado pela autora. Desse modo, pode-se afirmar:

- a) Carol praticou ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ser condenada ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.
- b) A autora poderá ser condenada como litigante de má-fé, desde que haja requerimento expresso pela parte adversa.
- c) Carol será considerada litigante de má-fé e, independentemente de requerimento da parte, poderá ser condenada a pagar multa superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- d) Se o valor da causa for irrisório ou inestimável, o valor da multa de Carol poderá ser fixado em 10 (dez) vezes o valor do salário mínimo.

**Questão 52**

Maria Rita está desempregada desde o início da pandemia e deseja ajuizar uma ação de alimentos, visto que Mário Jorge há tempos não cumpre com sua obrigação alimentícia. Como amigo e advogado de Maria Rita, você explica que:

- a) Maria Rita poderá pleitear o benefício da justiça gratuita, desde que o faça na petição inicial, sob pena de preclusão.

- b) Caso seja deferido o benefício da justiça gratuita a Maria Rita, esta ficará dispensada do pagamento das taxas, custas judiciais, selos postais e despesas com publicação na imprensa oficial.
- c) Se, eventualmente, Maria Rita pleitear a realização de exame de código genético (DNA), o benefício da justiça gratuita não cobrirá as despesas com tal prova.
- d) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade de Maria Rita pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

### Questão 53

Um de seus melhores amigos está sendo processado e pede que você "dê uma olhadinha" no processo. Aproveitando que está no fórum, você se dirige à vara na qual tramita a ação e pede ao servidor para examinar os autos. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor não permitirá que você tenha acesso aos autos por não estar munido de procuração que lhe outorgue poderes para tanto.
- b) Como advogado, você tem direito a examinar, mesmo sem procuração, os autos de qualquer processo, ainda que tramite em segredo de justiça.
- c) Você poderá examinar, mesmo sem procuração, os autos do processo, independentemente da fase de tramitação e, se necessário, poderá obter cópias.
- d) O servidor permitirá que você retire os autos do cartório pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias.

### Questão 54

Em 2008, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 3510 e entendeu que as pesquisas com células-tronco embrionárias não violam o direito à vida, tampouco a dignidade da pessoa humana. Para chegar a essa conclusão, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema e a repercussão social da controvérsia, o STF admitiu a participação de diversas entidades.

Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) A participação das entidades ocorreu por meio de chamamento ao processo.
- b) As entidades puderam manifestar-se na ADI 3510 em razão da denúncia da lide.
- c) O caso apresentado indica a participação de *amicus curiae* na corte constitucional brasileira.
- d) Trata-se da figura do assistente simples, ou seja, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes.

**Questão 55**

Gilberto e Sara estão redigindo uma petição inicial e querem cumular diversos pedidos, mas percebem que não há conexão entre eles. Desse modo:

- a) Os advogados poderão cumular os pedidos ainda que não haja conexão entre eles.
- b) Gilberto e Sara poderão cumular os pedidos, ainda que o tipo de procedimento não seja adequado para todos eles.
- c) Os advogados poderão cumular os pedidos e, havendo procedimentos distintos, deverão empregar o procedimento comum, sendo vedada a utilização de técnicas processuais diferenciadas.
- d) Gilberto e Sara não poderão cumular os pedidos, visto que não há conexão.

**Questão 56**

Thiago André está sendo processado por sua ex-companheira e decide que não se manifestará por acreditar que, desse modo, a ação será extinta. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Thiago André será considerado revel e serão presumidas verdadeiras as alegações de fato e de direito formuladas pelo autor.
- b) O juiz considerará as alegações de fato verdadeiras ainda que estejam em contradição com as provas constantes dos autos.
- c) O réu poderá intervir no processo em qualquer fase e, nesse caso, receberá o processo no estado em que se encontrar.
- d) Thiago André será, inevitavelmente, considerado revel.

**Questão 57**

Considerando que uma das partes de uma ação de interdição está bastante debilitada, a juíza Maria da Penha decide realizar uma inspeção judicial na residência, buscando uma melhor interpretação dos fatos.

Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) A inspeção judicial é um meio de prova que só poderá ser utilizado quando houver requerimento da parte.
- b) A inspeção judicial poderá ser realizada de ofício pela juíza, em qualquer fase do processo, e, se necessário, poderá ser assistida por peritos.
- c) Após a realização da inspeção judicial, a lavratura de auto circunstanciado é dispensada, desde que a magistrada descreva o ato nos fundamentos de sua sentença.

d) As partes poderão assistir à inspeção, mas não poderão manifestar-se para não interferir na imparcialidade da magistrada.

## DIREITO PENAL

---

Cristiano Rodrigues

### Questão 58

João, se aproveitando do horário de saída de uma escola, e mediante emprego de grave ameaça com uma faca, conduz Flavia, menor de 16 anos de idade, para um terreno baldio onde pratica com ela conjunção carnal forçada, fugindo em seguida. Acontece que na semana seguinte volta ao mesmo local e no mesmo horário realizado o mesmo fato com outra vítima.

Três dias depois deste segundo ato, é publicado o pacote Anticrime que aumenta o limite máximo de pena admitido no Brasil para 40 anos. Na semana seguinte, aproveitando-se das mesmas condições, João volta ao local e realiza mais um estupro, e 10 dias depois outro estupro nas mesmas circunstâncias, porém, logo em seguida é preso em flagrante pela polícia.

De acordo com o entendimento sumulado pelo STF, e com base nos princípios penais vigentes, marque a alternativa correta:

- a) João responde pelos estupros em concurso sem se considerar o aumento do limite máximo de pena admitido no Brasil, em face da irretroatividade
- b) João responde por todos os estupros, e para o aumento da sua pena leva-se em conta o novo limite máximo de pena presente no pacote anticrime.
- c) João responde pelos dois primeiros atos sem levar em conta o aumento do limite máximo de pena, e somente pelo terceiro crime se possibilita considerar o novo limite máximo de pena, em face da nova lei
- d) João terá a pena dos estupros somadas e considera-se neste caso o aumento do limite máximo de pena estabelecido no pacote anticrime.

### Questão 59

Ricardo pretendendo assassinar o filho de sua ex mulher, de doze anos de idade, e que brincava numa praça em frente de sua casa, se posiciona na janela de sua residência. Porém, ao proferir o disparo, com dolo de matar a criança, acaba acertando o tiro na cabeça da sua ex esposa que estava no local acompanhando a criança naquele momento, vindo a causar a sua morte.

Nesse caso, Ricardo, responderá:

- a) por homicídio doloso em sua forma simples, sem incidência de causa especial de aumento de pena referente a idade da criança.

- b) por homicídio doloso agravado pela idade da vítima visada, e ainda aumentado pela causa especial de aumento de pena presente no art. 121 par. 4º do CP.
- c) Tentativa de homicídio doloso e homicídio culposo, pela morte do adulto atingido.
- d) homicídio doloso, com a pena aumentada pela idade, menor de 14 anos, da criança.

### Questão 60

João, agindo em legítima defesa putativa, por acreditar que ia sofrer uma agressão a sua vida, dispara sua arma de fogo contra o suposto agressor, que na verdade pegava apenas um celular no bolso, ceifando-lhe a vida. Como advogado, você poderia alegar em defesa do acusado que esta situação deve se excluir:

- a) a culpabilidade e o crime.
- b) a punibilidade do fato, isentando o agente de pena.
- c) a ilicitude do fato e o crime.
- d) a responsabilidade penal por dolo e culpa, isentando o agente de pena.

### Questão 61

Felipe praticou o crime de apropriação indébita previdenciária (Art. 168 A CP), porém, após ser descoberto, foi recebida a denúncia pelo Ministério Público e iniciado o processo criminal. Ao final da ação penal, percebendo que seria condenado, Felipe realizou o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuições sociais. De acordo com jurisprudência dos tribunais superiores o magistrado deverá considerar que houve:

- a) uma causa de exclusão da tipicidade da conduta praticada.
- b) uma causa de extinção da punibilidade do fato.
- c) um indiferente penal, devendo ser condenado pelo fato
- d) circunstância atenuante da pena concreta a ser aplicada

### Questão 62

Gustavo e Rafael desejam matar Felipe, então resolvem que executarão o crime de homicídio através de envenenamento. Para tanto, Gustavo, certificando-se que não havia ninguém perto da bancada de Felipe, coloca na bebida 0,1 ml de poderoso veneno. Logo em seguida chega Rafael, que também verifica a ausência de qualquer pessoa e adiciona ao café mais 0,1 ml do mesmo outro veneno poderoso. Posteriormente, Felipe retorna à sua mesa e senta-se confortavelmente na cadeira para degustar o café lendo o jornal, como fazia todos os dias. Cerca de duas horas após a ingestão da bebida, Felipe vem a falecer. Ocorre que toda a conduta de Gustavo e Rafael foi

filmada pelas câmeras internas presentes na sala da vítima, as quais eram desconhecidas de ambos, razão pela qual a autoria restou comprovada. Também restou comprovado que Felipe somente morreu em decorrência da ação conjunta das duas doses de veneno, ou seja, somente 0,1 ml da substância não seria capaz de provocar o resultado morte.

Com base na situação descrita, é correto afirmar que:

- a) mesmo sem haver qualquer combinação prévia, Gustavo e Rafael deveriam responder por homicídio qualificado doloso consumado.
- b) somente se Gustavo e Rafael tivessem agido em acordo de vontades, é que ambos deveriam responder por homicídio qualificado doloso consumado.
- c) Gustavo e Rafael, se tivessem agido sem acordo de vontades e em autoria colateral, deveriam responder por homicídio culposo consumado.
- d) Gustavo e Rafael, mesmo agindo em concurso de pessoas, não poderiam responder pelo crime de homicídio qualificado doloso, devido a necessidade da soma dos venenos utilizados para causar a morte.

### Questão 63

Roberto foi denunciado pela prática do crime de dano qualificado, por ter destruído uma estátua municipal (Art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP – pena: detenção de 6 meses a 3 anos e multa), sendo que, em sua Folha de Antecedentes Criminais aparece apenas uma condenação definitiva publicada há 4 anos, pela prática do crime de lesão corporal praticada na direção de veículo automotor. Ao final da instrução, Roberto que está trabalhando e tem 02 filhos com 10 e 12 anos de idade por ele sustentados, confessa integralmente os fatos, afirmando estar arrependido e que “perdeu a cabeça” no momento do crime de dano praticado. Apenas com base nas informações apresentadas, você advogado(a) de Roberto poderá pleitear, de acordo com o nosso Código Penal:

- a) o reconhecimento do instituto do perdão judicial, para afastar a punibilidade.
- b) apenas o reconhecimento da circunstancia atenuante de pena da confissão espontânea, e sua compensação com a agravante da reincidência.
- c) apenas reconhecimento da circunstancia atenuante da confissão, não sendo possível a conversão da pena em restritiva de direitos pelo fato do condenado ser reincidente.
- d) a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, apesar do agente ser considerado reincidente em crime doloso.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Ivan Marques

**Questão 64**

Elias foi denunciado por homicídio mercenário, em que o agente recebe dinheiro para matar a vítima. Nos memoriais da primeira fase do júri, a Defesa alegou que Elias agira em estado de necessidade, postulando sua absolvição sumária. Ao proferir sua decisão, o juiz da Vara do Júri rejeitou a tese da defesa e pronunciou o réu por homicídio simples, afastando a qualificadora apresentada pelo MP em sua denúncia. Após o julgamento do RESE, a decisão de pronúncia foi confirmada pelo Tribunal de Justiça, transitando em julgado. Assinale a afirmativa CORRETA com base no enunciado:

- a) Nos debates orais perante os jurados, o promotor de justiça não poderá sustentar a qualificadora do homicídio mercenário (mediante paga), mas a defesa poderá alegar a tese de estado de necessidade.
- b) Nos debates orais perante os jurados, tanto o promotor de justiça poderá sustentar a qualificadora quanto a defesa poderá alegar o estado de necessidade.
- c) Nos debates orais perante os jurados, o promotor de justiça não poderá sustentar a qualificadora e a defesa não poderá alegar a tese de estado de necessidade.
- d) Nos debates orais perante os jurados, o promotor de justiça poderá sustentar a qualificadora, mas a defesa não poderá alegar a tese de estado de necessidade.

**Questão 65**

A prisão cautelar é a decretada antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, nas hipóteses previstas no CPP e em legislação especial. A respeito das espécies de prisão cautelar, é CORRETO afirmar que:

- a) em nosso ordenamento jurídico, a prisão processual contempla as seguintes modalidades: prisão em flagrante, preventiva, temporária, por pronúncia e em virtude de sentença condenatória recorrível.
- b) a prisão temporária tem como pressupostos a existência de indícios de autoria e prova da materialidade, e como fundamentos a necessidade de garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal, a necessidade de garantir a futura aplicação da lei penal e a garantia da ordem pública.
- c) o prazo de duração da prisão temporária é de cinco dias, prorrogável por mais cinco em caso de extrema e comprovada necessidade. Em se tratando, todavia, de crime hediondo, a prisão temporária poderá ser decretada pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.
- d) são requisitos da prisão preventiva a sua imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial e o fato de o indiciado não ter residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

**Questão 66**

Quanto aos procedimentos no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Código de Processo Penal admite a figura da citação com hora certa, tal como ocorre no Código de Processo Civil.
- b) O rito comum ordinário é o reservado aos crimes apenados com reclusão, independentemente do montante da pena para eles prevista.
- c) Na mutatio libelli (em que a denúncia descreve determinado fato, mas as provas apontam que o fato delituoso é diverso), o Ministério Público deverá, após encerrada a instrução probatória, aditar a denúncia no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de se operar a preclusão temporal.
- d) O rito sumário é o reservado para as infrações penais de menor potencial ofensivo.

**Questão 67**

A respeito da prova no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prova objetiva demonstra a existência/inexistência de um determinado fato ou a veracidade/falsidade de uma determinada alegação. Todos os fatos, em sede de processo penal, devem ser provados.
- b) São consideradas provas ilícitas aquelas obtidas com a violação do direito processual. Por outro lado, são consideradas provas ilegítimas as obtidas com a violação das regras de direito material.
- c) As leis em geral e os costumes não precisam ser comprovados.
- d) A lei processual pátria prevê expressamente a inadmissibilidade da prova ilícita por derivação, perfilhando-se à “teoria dos frutos da árvore envenenada” (“fruits of poisonous tree”).

**Questão 68**

Da sentença que absolver sumariamente o réu caberá(ão):

- a) recurso em sentido estrito.
- b) embargos infringentes.
- c) revisão criminal.
- d) apelação.

**Questão 69**

Huguinho, Zezinho e Luizinho estão sendo acusados pela prática do crime de roubo majorado. No curso da instrução criminal, ficou comprovado que os três acusados agiram em concurso para a prática do crime. Os três acabaram condenados, e somente um deles recorreu da decisão. A decisão do recurso interposto por Zezinho

- a) aproveitará aos demais, sempre.
- b) se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- c) sempre aproveitará apenas ao recorrente.
- d) aproveitará aos demais, desde que eles tenham expressamente consentido nos autos com os termos do recurso interposto.

**DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 70**

Considere as seguintes situações hipotéticas: Cleiton labora na farmácia XZC Ltda. possuindo jornada de trabalho de cinco horas diárias. Seu irmão Cledison labora na farmácia VBN Ltda. e possui jornada de trabalho de quatro horas diárias. Já Monique, tia dos irmãos, trabalha no supermercado ZWQ Ltda. e possui jornada de trabalho de 7 horas diárias.

Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao intervalo intrajornada,

- a) todos terão direito a quinze minutos de intervalo.
- b) Cleiton e Cledison terão direito a quinze minutos de intervalo e Monique terá direito a trinta minutos de intervalo.
- c) Cleiton e Cledison terão direito a quinze minutos de intervalo e Monique terá direito a uma hora de intervalo.
- d) Cleiton terá direito a quinze minutos de intervalo, Cledison não terá direito ao intervalo e Monique terá direito a uma hora de intervalo.

**Questão 71**

Rodolfo estava laborando para a empresa “XPTO” Ltda. e, durante o seu intervalo intrajornada, optou por realizar a sua refeição na Padaria “Delícias do Bairro”. Enquanto se dirigia ao local, foi

atropelado por um ônibus em alta velocidade, de forma que teve de ser hospitalizado por traumatismo cranioencefálico.

Nesta situação, considerando que o empregado deverá ficar afastado por 45 dias do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de trabalho deverá ser suspenso pelos primeiros 15 dias de afastamento, e interrompido nos demais, hipótese que não se considera como acidente do trabalho.
- b) O contrato de trabalho deverá ficar suspenso por todo período, hipótese que não se considera como acidente do trabalho.
- c) O contrato de trabalho deverá ser interrompido por todo período, considerando-se hipótese de acidente do trabalho para fins de estabilidade.
- d) O contrato de trabalho deverá ser interrompido pelos primeiros 15 dias de afastamento, e suspenso nos demais, considerando-se hipótese de acidente do trabalho para fins de estabilidade.

### Questão 72

Fiuk é policial militar e cumpre escala 12 × 36 horas no seu batalhão. Nas folgas, presta serviço como segurança de um supermercado, recebendo ordens do gerente e um valor fixo mensal, não podendo se fazer substituir no desempenho de suas funções.

Nesse caso, de acordo com o entendimento sumulado do TST,

- a) Fiuk poderá ter o vínculo de emprego reconhecido, desde que presentes os requisitos legais, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- b) haverá a imediata exoneração de Fiuk de suas funções como policial militar, não ocorrendo também o reconhecimento do vínculo de emprego.
- c) Fiuk não poderá ter o vínculo empregatício reconhecido, mesmo que presentes os requisitos legais, por ser servidor público militar, o que impede o contrato de emprego com empresa privada.
- d) trata-se de trabalho proibido, portanto, não gera vínculo empregatício, além de Fiuk vir a sofrer penalidade administrativa prevista no Estatuto do Policial Militar.

### Questão 73

O empregador João pretende pactuar cláusula compromissória de arbitragem com os seus empregados para fins evitar maiores lides trabalhistas. Nesta situação, a arbitragem é forma de solução de conflitos individuais de trabalho, desde que

- a) a cláusula compromissória seja pactuada após o término do contrato de trabalho, independentemente de qualquer outra circunstância.
- b) haja cláusula em convenção ou acordo coletivo de trabalho prevendo a hipótese.

- c) o empregado perceba remuneração superior a duas vezes o teto de benefícios da Previdência Social e a sentença arbitral seja homologada pela Justiça do Trabalho.
- d) pactuada a cláusula compromissória por iniciativa do empregado ou mediante sua anuência expressa, e satisfeitos os demais requisitos legais.

### Questão 74

Daniele trabalha para a empresa XPTO Ltda. na função de secretária, desde 2019. Após dois anos de sua contratação, a empregada comunica ao seu empregador que após inúmeras tentativas de gravidez, resolveu adotar uma criança.

Nesta situação, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade

- a) de 180 dias mediante apresentação da Certidão de Nascimento da criança e do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães, ou seja, empregado ou empregada.
- b) de 120 dias mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade aos dois adotantes ou guardiães, ou seja, empregado e empregada.
- c) de 120 dias mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães, ou seja, empregado ou empregada.
- d) dependendo da idade da criança que poderá variar de 30 a 180 dias, independentemente da apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães, ou seja, empregado ou empregada.

### Questão 75

João, cadeirante, 26 anos, foi contratado como aprendiz na loja “ZPTO” Ltda. Após 3 anos de prestação de serviço, foi dispensado por justa causa por ato de improbidade, uma vez que furtou R\$ 1.300,00 do caixa da empresa. Antes desse incidente, João nunca teve uma advertência.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de aprendizagem é nulo, uma vez que a idade máxima para se contratar um aprendiz é até 24 anos.
- b) O contrato de aprendizagem é válido, mas a justa causa aplicada deverá ser anulada, haja vista a ofensa ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, já que o empregado não praticou ato faltoso de tamanha gravidade a ponto de justificar a aplicação de penalidade tão severa.
- c) O contrato de aprendizagem é válido e a dispensa por justa causa também.

d) O contrato de aprendizagem é válido, mas a dispensa por justa causa não pois, por ser o empregado um portador de necessidade especial, a dispensa deverá ocorrer judicialmente através de decisão proferida em inquérito para apuração de falta grave.

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

---

Priscila Ferreira

### Questão 76

Cremilda ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, mas não compareceu à audiência UNA designada, acarretando o arquivamento da ação. O juiz deferiu-lhe os benefícios da justiça gratuita, mas condenou-a ao pagamento de custas processuais calculadas na forma da lei.

Se Cremilda tiver a intenção de ajuizar nova reclamação:

- a) Deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que poderia ter justificado sua ausência na própria audiência, por meio de seu advogado ou representante legal.
- b) Não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única finalidade a perda, pelo prazo de 9 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- c) Deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada ou comprovar em quinze dias do arquivamento que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, requerendo sua isenção do pagamento.
- d) Não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única penalidade a perda, pelo prazo de 6 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

### Questão 77

A Empresa “DBX” recebeu notificação para comparecer em audiência em uma das Varas do Trabalho de seu município. Assim, objetivando representar os seus interesses, a empresa decide nomear Carlos, ex-empregado e amigo íntimo do proprietário da empresa, como preposto. Em audiência, o patrono do Reclamante requer a aplicação de confissão ficta à Reclamada, por entender ser ilegítima a atuação de Carlos como preposto.

Nesse caso o magistrado,

- a) Deverá indeferir o pleito do Reclamante, pois o preposto poderá ser qualquer pessoa que tenha conhecimento dos fatos, não sendo necessário ser empregado da empresa.
- b) Deverá deferir o pleito do Reclamante, aplicando assim a pena de revelia e confissão ficta à Reclamada.
- c) Deverá indeferir o pleito do Reclamante, designando nova data para audiência.
- d) Deverá deferir o pleito do Reclamante, por considerar-se impedido o preposto para tal finalidade.

**Questão 78**

No que tange aos aspectos legais introduzidos pela reforma trabalhista, observa-se que a execução trabalhista poderá ser promovida pelas partes, ou de ofício pelo magistrado do trabalho

- a) apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
- b) sempre que a parte interessada não adotar as providências para iniciar a liquidação da sentença.
- c) sempre que for parte os órgãos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- d) quando a reclamada for massa falida ou empresa em recuperação judicial.

**Questão 79**

Após o trânsito em julgado da sentença ilíquida, inicia-se a fase de liquidação, a qual as partes deverão ser previamente intimadas para a seguinte finalidade:

- a) Efetuar o pagamento da condenação em até 5 dias úteis, sob pena de execução.
- b) No prazo comum de 8 dias apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) Manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
- d) No prazo comum de 5 dias apresentar impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

**Questão 80**

Suponha que, no curso de audiência, realizada em sede de reclamatória trabalhista, seja indeferida pelo juiz uma pergunta dirigida à testemunha pela advogada da parte reclamada.

Em face de tal decisão, sendo a pergunta de extrema relevância para descaracterizar a pretensão do reclamante sobre verba pleiteada, a providência processual adequada a ser tomada será o:

- a) Mandado de segurança, considerando que inexistente recurso adequado para tal fim no processo do trabalho.
- b) Embargos de declaração com efeitos infringentes.
- c) Agravo de instrumento, dada a aplicação subsidiária da legislação processual cível.
- d) Protesto.

## ***Conheça nossos cursos:***

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

## ***Conheça nosso Sistema de Questões!***

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



# Estratégia

OAB